

LÍNGUA E IDENTIDADE: PROBLEMATIZANDO A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NA ESCOLA

*Antonilma Santos Almeida Castro**

RESUMO — *O movimento deste texto centraliza uma das crises de identidade vivenciadas na pós-modernidade, a crise lingüística ou, no dizer de Tarallo (1993), o caos lingüístico. A reflexão a respeito dessa temática se justifica por se entender que é preciso problematizar questões que são essenciais para a compreensão de que a língua de uma nação não pode se constituir em um instrumento de identidade fixa de um povo, principalmente, quando se entende língua como fenômeno social. Assim, tem-se neste artigo a pretensão de refletir os preconceitos vivenciados pelo povo brasileiro, quando envolvido por mitos que, no decorrer dos tempos, têm proliferado a discriminação social, a exclusão de cidadãos que, embora tenham uma cultura própria, são considerados como sem cultura ou como pessoas que estão classificadas em categorias supostamente inferiores, vivenciando todos os tipos de exclusão social.*

PALAVRAS-CHAVE: *Identidade. Diversidade Lingüística. Educação Inclusiva.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma questão tem sido fonte inesgotável de estudos e pesquisas na teoria social: a questão de identidade. Muitos teóricos, entre eles Silva (2000, 2002) e Hall (2000), acreditam que, nos tempos atuais, estamos à beira de um colapso de identidades. O sentimento de crise existe porque velhas identidades, que durante muito tempo se estabilizaram

*Prof. Assistente (DEDU/UEFS) e da UNEB.
E-mail: antonilmacastro@bol.com.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação. Tel./Fax (75) 3224-8084 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: educacao.uefs@gmail.com

no mundo, vivenciam, hoje, o processo de declínio e o homem que era visto e se sentia indivíduo unificado, percebeu-se envolvido com novas identidades e visivelmente fragmentado. A crise de identidade tem sido considerada como parte do processo de mudança que deslocou as estruturas fixas e arraigadas, abalou os quadros de referências que sustentavam a humanidade e se constituíam em pontos de ancoragens. Essas bases foram “demolidas”. Neste entendimento, vale questionar: de que crise está se falando? O que realmente vem se modificando no âmbito social e quais são as conseqüências dessas mudanças para a humanidade?

O argumento que sustenta a crise surge do crédito que o homem se constituiu sujeito numa concepção essencialista, com identidade fixa, porém as dúvidas e incertezas que circundam a sociedade têm modificado as identidades pessoais, abalando o conceito que o sujeito tem de si próprio, como sujeito único. A idéia de perda de estabilidade, no âmbito social e cultural, vem fortalecendo essa sensação de crise. Mercer (apud SILVA, 2000, p. 8) diz que: “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

O final do Século XX e o início do Século XXI trouxeram à tona dúvidas para o homem, no que se refere a diversas questões, tais como: classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e língua. Isso porque se passou a defender a tese de que o homem se constrói sujeito a partir da existência das identidades culturais que nascem do sentido de pertencimento a culturas, etnias raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. E, sendo o homem sujeito histórico e social, este não pode se apropriar de um instrumento lingüístico sob uma forma fixa, padrão sem nenhuma flexibilidade e tomá-lo como símbolo de identidade nacional, sem considerar as singularidades presentes nos diferentes espaços geográficos e sociais. Segundo Bagno (2000, p. 8), não é possível “esquecer de uma regra de ouro na lingüística que diz: só existe uma língua se houver homens que a falem”. Também não é possível esquecer-se do que nos ensinou Aristóteles “*o homem é um animal político*”, por isso,

entende-se que discutir a questão da identidade lingüística, neste contexto, é tratar de um tema político, já que o foco central da discussão se trata de ações humanas. E, tomar o assunto como questão política é compreender que ao se tratar de uma língua, não é possível concebê-la como algo morto ou passivo. Estudar as questões lingüísticas é levar em consideração que as pessoas vivas a falam, a utilizam em diversas instâncias sociais com diferentes intenções sócio-comunicativas.

Para Bagno (2000), mitos e preconceitos como: o brasileiro não sabe falar português; as pessoas sem instrução falam tudo errado; o lugar onde melhor se fala português no Brasil é no Maranhão; é preciso saber gramática para falar e escrever bem; é certo falar assim porque se escreve assim; o domínio da norma culta é *instrumento* de poder social, retratam muito bem a forma como os usos lingüísticos podem servir de instrumento de exclusão, em nome de uma tão defendida identidade, pelo uso da norma padrão da língua, utilizada como símbolo de imposição de uma língua única e comum, podendo ser chamada de “mito fundador, o qual tenta fixar identidades nacionais, tornando-se exemplo importante de essencialismo cultural, que junto a outros mitos fundadores como os hinos, bandeira, brasão remetem a um momento crucial do passado que inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional” (SILVA, 2000, p.85).

IDENTIDADE DO HOMEM PÓS-MODERNO: INSTRUMENTO DE (IN) EXCLUSÃO SOCIAL?

É válido esclarecer que antes de se focalizar o tema central deste artigo, a especificidade da identidade/diversidade lingüística, considera-se relevante apresentar, mesmo que de forma breve, o conceito de identidade, tomando como eixo as idéias expostas por Hall (2000) sobre as questões de identidade cultural na pós-modernidade. O autor apresenta as três definições de identidades, a partir da *noção de sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno*. Compreende-se que tais definições servirão para se entender melhor as posições

aqui tomadas em defesa do não preconceito lingüístico e da não exclusão social advindas do uso da língua.

Para Hall, a identidade do sujeito do iluminismo estava baseada na concepção da pessoa como indivíduo dotado de consciência e de ação, dono de um núcleo interior que era construído no momento do nascimento e que não se modificava no decorrer do desenvolvimento humano. Nessa compreensão, o contexto social tinha pouca relevância na constituição desse sujeito. Assim, a identidade era construída de forma individual, o **eu** era o centro de tudo e não se importava com a presença do outro sujeito social.

Já a noção da identidade do sujeito sociológico pauta-se da premissa de que o mundo interior do sujeito se constituía de um núcleo que não era autônomo e nem auto-suficiente, ao contrário, era formado a partir da relação com o outro, e, as outras pessoas eram importantes para a sua constituição, como sujeito social. Acreditava-se que tal relação era mediada por símbolos na interação do sujeito com o mundo que habitava, ou seja, com o social. Nesse entendimento, o homem ainda se constituía de um núcleo interior, o qual se formava e se modificava na realização de diálogos contínuos e permanentes, com os mundos culturais externos. Para tal concepção, a identidade seria o resultado da estabilização do sujeito com o mundo cultural em que habitava. Neste contexto, o sujeito e mundo cultural se modificavam mutuamente, de forma unificada e previsível.

No entanto, as discussões contemporâneas trazem em seu cerne que a visão de identidade do sujeito do mundo contemporâneo é constituída de várias e não apenas de uma identidade e que tais identidades são muito mais efêmeras que estáveis, o que gerou um embate entre a identidade construída socialmente e a subjetividade do sujeito. Assim, o momento de crise entre a identidade social e a subjetividade produziu o conceito de identidade do homem pós-moderno, visualizado como um ser que não tem identidade fixa, essencial ou permanente.

Neste novo pensar, a identidade do homem pós-moderno constitui-se de uma mobilidade, ou seja, por uma instabilidade de bases identitárias construídas historicamente, isso porque,

internamente, o sujeito assume identidades diferentes a partir das quais são vivenciadas nas diversas instâncias sociais. Nesse sentido, Hall (2000, p.16) destaca: “se sentirmos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu”. De acordo com tal raciocínio, a crença de uma identidade unificada é resultado de um pensamento frágil, pois à medida que o sujeito se relaciona com múltiplas instâncias sociais, os sistemas de significação vão sendo modificados e a representação cultural, conseqüentemente, se modifica também, criando, continuamente, uma infinita rede de identidades.

Nessa produção reflexiva, toma-se como defesa o conceito de identidade, na perspectiva do homem pós-moderno, pois se acredita que, neste início de século, o homem vivencia o processo de mudança constante, sobretudo porque vive questionando conceitos e valores que, até então, não eram postos na “berlinda” das reflexões humanas. Um outro aspecto para defesa justifica-se pelo entendimento de que o processo de globalização tem contribuído, significativamente, para que as mudanças aconteçam de forma mais rápida e em espaços mais amplos, o que causa um maior impacto sobre as identidades culturais, sejam elas lingüísticas, religiosas, de gênero ou outras.

Nessa direção, compreende-se que é oportuno, ainda, trazer para esta reflexão o entendimento do caráter da mudança proporcionada pelo processo de globalização e sua influência sobre a formação das bases identitárias do sujeito. O dizer de Marx e Engels (apud HALL, 2000 p. 14) sobre a modernidade coincide com esse caráter de mudança trazido para o processo, quando afirma que:

[...] é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e os movimentos eternos ... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar...

A partir dessa premissa, entende-se a mudança como algo pertencente à singularidade do homem e da sociedade, sendo característica inerente ao âmbito social e acontecendo de forma constante e permanente como forma reflexiva da vida. Nesta direção, entende-se que existe o chamado “desalojamento do sistema social,” o que para Giddens (apud HALL, 2000, p.72) acontece “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”.

O entendimento do caráter de mudança na esfera social possibilita a compreensão de que, ao se tratar de identidade lingüística, precisa-se visualizar a presença da mudança do uso lingüístico como fator preponderante para a evolução da língua como fenômeno histórico social. Nesse sentido, cabe ressaltar o que diz Monteiro Lobato (1952):

[...] uma língua não pára nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que dizem os clássicos.

É oportuno registrar que as mudanças lingüísticas não são prejudiciais e não trazem danos maléficos à sociedade, ao contrário, a diversidade torna visível uma particularidade humana, isto é, o uso das diversas possibilidades de um dos processos de linguagem e interação humana: a língua. Este entendimento conduz a um outro de igual relevância: a diversidade de usos lingüísticos não corrompe ou empobrece uma língua, muito menos a torna mais feia ou mais bonita, nem tão pouco mais fácil ou difícil; toda e qualquer língua tem suas especificidades e não existe língua melhor ou pior que outra por causa dos usos que são feitos nas diferentes instâncias sócio-comunicativas.

Porém, para que esse entendimento do caráter da mudança e da diversidade/diferença seja compreendido de forma lúcida, e que se visualize a língua não como algo para se impor, para construir uma identidade forçada, faz-se necessário que exista uma concepção de língua voltada para a compreensão de que “identidade e diferença são criaturas da linguagem”. Ao afirmar

isso, Silva (2000, p.77) ressalta que identidade e diferença além de serem interdependentes, partilham de uma característica comum, pois são resultados da criação lingüística. Isso implica dizer que identidade e diferença são construídas historicamente, vivenciando um processo contínuo de mudança. Os atos de linguagem possibilitam que o uso da língua aconteça por meio dos atos de fala e, por eles, o homem se constitui e se percebe diferente. Isso porque “faz parte do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito - o da modernidade e o da contemporaneidade - ter de referir-se a uma pátria para ter uma identidade nacional” (ORLANDI, 2004, p.131).

Para Silva (2000, p.77),

[...] a definição de identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos lingüísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais.

Por isso, entende-se que as diferentes identidades lingüísticas são estruturadas logo no início da vida, no momento em que começa o processo de interação com os familiares, vai prosseguindo com o decorrer das interações nos diferentes meios que circulam este indivíduo, existindo, assim, uma permanente mudança de bases identitárias. Tais bases irão se modificar à medida que este se insere nos diversos grupos sociais.

Essa participação nos diferentes grupos sociais permitirá ao sujeito a visualização do signo, como elemento sem valor absoluto, se considerado isoladamente. Isso porque o signo só se constituirá de sentido a depender da história em que é colocado, dentro deste ou daquele grupo em que é utilizado. Segundo Saussure (1969), não se pode considerar apenas o material concreto do signo, ele sozinho não é preenchido de valor semântico; é preciso considerar, também, o contexto e a historicidade dos signos. Por isso, mais uma vez chama-se atenção para o fato de que não se pode impor uma identidade lingüística, pois tal ação faz fixar uma determinada norma que se valoriza em detrimento de outras, também, utilizadas no cotidiano lingüístico. Entende-se que impor à norma padrão

uma identidade lingüística é criar um sistema privilegiado de hierarquização das identidades e diferenças humanas. Ainda se apropriando das idéias de Silva (2000, p.83) é válido ressaltar que:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença > normalizar significa eleger –arbitrariamente– uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras só podem ser avaliadas de forma negativa.

Trazendo tal questão para o eixo dessa discussão, que é identidade lingüística, acredita-se que, quando se impõe uma norma padrão de uso da língua, automaticamente se impõe um juízo de valor a um único tipo lingüístico e somente este uso é valorizado, enquanto tantos outros possíveis usos são socialmente desvalorizados, desrespeitando todo valor sócio-histórico construído pelo homem. Ainda mais quando a norma estabelecida como padrão é apenas a que privilegia uma pequena camada da população, que tem alto poder aquisitivo. Essa forma de referendar uma identidade lingüística é, no dizer de Bagno (2002, p.18), “o não conhecimento e o não reconhecimento da realidade intrinsecamente múltipla, variável e heterogênea da língua, realidade sujeita aos influxos das ideologias e dos juízos de valor”.

Nessa direção, defende-se a idéia de que não se pode, em nome de uma identidade inventada, imaginada, “consertar” ou “reformatar” a língua do sujeito e considerá-lo como um “deficiente lingüístico”, pois, se fazendo assim, estar-se-á exigindo uma idealização nebulosa de correção lingüística, a qual, segundo a gramática normativa, chama-se norma culta¹. Essa norma padrão acaba sendo identificada como a própria noção de

¹ Como Bagno (2002, p.20), aqui se opta por não usar o termo norma culta, mas o termo padrão, pois que se considera que todo homem é culto, portanto não existe a produção da norma inculta.

Língua Portuguesa, o que gera a condenação de certos usos ao submundo das não normatizadas, rotuladas e, conseqüentemente, estigmatizando quem utiliza as formas desprestigiadas. É relevante destacar que o sujeito que não se apropria do uso privilegiado da língua, está, inexoravelmente, condenado ao silêncio e a quase inexistência tanto no âmbito social, quanto cultural. O mais preocupante é que a escola é o principal *locus* dessa condenação, como bem destaca Gagné, 2002 (apud Bagno 2002, p.21):

[...] a escola habitualmente considera que a língua falada não somente pela criança, mas também pela sociedade circundante que lhe serviu de modelo lingüístico natural, é inaceitável e deveria ser rejeitada. Ela empreende então um esforço de desenraizamento que só pode ter êxito (imperfeito é claro) junto a uma minoria de crianças. Tal tentativa corre o risco de conduzir ou à alienação social do indivíduo, ou a uma rejeição maior ou menor e mais explícita da escola por parte das crianças e particularmente dos adolescentes.

Isso ocorre porque, ainda persiste na mentalidade das pessoas em geral, de professores com ou sem graduação, intelectuais e profissionais de outras áreas, o conceito de língua como instrumento homogêneo. É visível a defesa de uma identidade lingüística por toda parte do país. As pessoas acreditam em uma concepção de língua abstrata. Essa exigência de uma unidade lingüística em nome de uma identidade nacional homogênea decorre de uma concepção que remonta à época do surgimento mesmo da disciplina gramatical, no século III a.C., no mundo helenístico. Tal concepção visualiza a língua como um objeto inanimado. Segundo Bagno (2002, p.25):

a língua é vista como um objeto místico a ser buscado sem jamais poder ser alcançado. [...] a língua é tratada como se existisse numa dimensão supranatural, à maneira das Formas da Filosofia platônica, que só podem ser captadas pelo intelecto e não pelos sentidos.

É pertinente destacar que, na escola, ainda se carregam valores platônicos, ou seja, existe ainda uma vertente que busca abstrair um ideal de língua, uma essência e a se dar pouco valor ou ignorar a diferença e a variação existente nas pessoas e nos usos lingüísticos. É pertinente ressaltar que a língua como essência não existe. As pessoas, sim, existem e a utilizam em diferentes formas. Bagno (2002, p.25) destaca: “língua não é uma abstração, muito pelo contrário, ela é tão concreta como os seres humanos que dela se servem, é preciso deslocar o entendimento de língua do plano abstrato para o concreto”. Cabem, aqui, algumas reflexões: como é possível transformar esse entendimento na prática cotidiana dos usos lingüísticos? O que fazer para que a concepção de norma padrão não se transforme em identidade lingüística e não permaneça sendo fator de exclusão social, de preconceito que só afasta e discrimina as pessoas? Que instituições sociais podem contribuir para ressignificar essa equivocada concepção de língua normativa como instrumento preponderante para a construção de uma identidade nacional e fixa de um povo? Qual seria o papel da escola nesse contexto?

A IDENTIDADE LINGÜÍSTICA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Acredita-se que o processo educacional pode contribuir, de forma relevante, para que a identidade/diversidade lingüística não continue sendo uma forma de excluir cidadãos que não tiveram a oportunidade de se apropriar daquilo que se determinou como padrão de uso lingüístico. A partir do momento em que a escola focalizar a língua dentro da perspectiva histórica, cultural, e social e, principalmente considerar a historicidade dos sujeitos que nela estão inseridos, passará a entender a língua como atividade social. Tal compreensão mudará, conseqüentemente, o entendimento de que a norma padrão da língua não pode ser concebida como mito fundador da identidade nacional, pois é preciso considerar as especificidades da nação, nos aspectos regionais/geográficos, pela geração, pelo nível

sócio- econômico, pela profissão, pelos aspectos intrínsecos da sexualidade, idade ou nível de escolaridade. A escola precisa concretizar um trabalho, empreendendo, conjuntamente, os usos da língua, todas as vezes que ocorrer o processo de interação verbal, seja por meio da fala, seja pela escrita. Isso se dá, segundo Bagno (2002,p.24), pela seguinte razão:

[...] por estar sujeita às circunstâncias do momento, às instabilidades dos momentos, às instabilidades psicológicas, às flutuações do sentido, a língua em grande medida é opaca, não é transparente. Isso faz da prática da interação uma atividade fundamental da vida humana, da interação social.

Língua é processo de interação humana. E, nas interações, as relações não são fixas, imutáveis. A língua não tem como característica o caráter da inflexibilidade; ao contrário, é constituída pelas marcas da mobilidade dos diferentes usos. Por isso, a escola deve, com urgência, propor mudanças nas bases curriculares, para que possam ser inseridas nas propostas de ensino de língua as perspectivas de reflexão sobre as diferentes possibilidades de uso, sem o caráter simplista da correção, mas pautadas no olhar social e histórico, questionando sempre quem a utiliza, porque a utiliza, que fatores culturais e lingüísticos influenciam tal uso. Sabe-se que, no contexto educacional brasileiro, já existe uma proposta de ensino de língua que vislumbra os diferentes usos lingüísticos, proposta esta contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No entanto, percebe-se que, a diversidade lingüística, embora focalizada na base teórica do documento, está bem distante de uma vivência na prática docente. É bem verdade que os PCN's- LP (1999) chegaram às escolas, mas não foram debatidos devidamente para serem postos em prática, de forma reflexiva.

Faz-se necessário que a concepção de língua se concretize como uma organização interna sistemática, que pode e deve ser estudada cientificamente, entendendo que isso não implica apreensão mecânica das terminologias e regras gramaticais e que também não se reduz a um conjunto de regras de boa formação que conduzem a previsões infalíveis. Mas, é preciso

entender, sobretudo, que a língua natural é dificilmente formalizável, e que, assim como as bases identitárias, a língua tem aspectos estáveis e instáveis, ambos se constituindo como sistema variável, indeterminado, não fixo e, principalmente, que a língua, como a identidade, se determina por valores imanentes e transcendentais de modo que não podem ser estudadas separadamente, mas, em situações concretas.

A língua não pode ser tida como um simples instrumento de representação do mundo, ou como uma identidade de uma nação, como se dela fosse espelho. A língua é uma atividade de natureza cognitiva, histórica e situacionalmente desenvolvida para promover a interação humana. A educação inclusiva precisa contrapor, nos espaços escolares, essa concepção dinâmica da língua e parar de tratá-la como se fosse um corpo estável, homogêneo, um produto acabado, pronto para consumo, uma caixa de ferramentas já listadas e aprovadas, que deve ser usada para atingir determinadas metas.

Para uma educação inclusiva, a língua é uso e também resultado de uso. Nessa perspectiva, não se concebe mais entender e reduzir a “língua” à norma, e a norma padrão à gramática, mais precisamente a gramática da frase isolada. Essa concepção abstrata e reducionista, que equipara língua à norma e a norma à gramática, é tão antiga que já se tornou parte integrante de crenças e superstições que circulam na sociedade. Tal cadeia de entendimento é tão equivocada, que permite que as pessoas acreditem que só a gramática e o dicionário apresentam possibilidades de uso da língua, como se fosse possível encerrar em um livro toda a complexidade que geram as relações dos seres humanos entre si e consigo mesmo por meio da linguagem e, sobretudo, pela mobilidade das identidades construídas.

A língua como norma padrão é instrumento de identidade? Abre espaço para a diversidade lingüística? Tem o poder de incluir ou excluir? O que se percebe é que apesar de todas as discussões elencadas pela lingüística, no decorrer dos últimos séculos, trazendo a concepção de língua como atividade, como processo e não como produto, o contexto educacional ainda se prende às concepções que se baseiam nas estruturas dos

sistemas aristocráticos. Isso é possível afirmar, porque a Escola ainda está presa à Gramática Tradicional, nascida na sociedade renascentista, na qual uma pequena elite intelectual, inspirada na Antiguidade clássica, sistematizou as primeiras normas para o uso das línguas nacionais européias. Este posicionamento tem gerado dentro e fora da escola a exclusão social, quando esta deveria ser *locus* de inclusão, de permanência e de transformação.

Tem-se consciência de que essa maneira de conceber a língua, e as formas de construção das bases identitárias não ocorrerá de forma imediata, sem envolver fatores complexos, tais como o processo de reformulação no que se refere à formação docente e a tantos outros problemas vivenciados no contexto educacional brasileiro. Aqui se ratifica o dizer de Antunes (2003, p.21):

Sem dúvida, o momento histórico nacional tem múltiplos e graves problemas, que na área de educação e para além dela, constituem um enorme desafio para a responsabilidade e para o espírito cívico de todos. Os momentos de crise são, comumente, também momentos de crescimento.

Entende-se que, quando se prioriza a concepção de educação como ação que permite a transformação para a inclusão, o contexto educacional pode contribuir para mudanças diante do processo de exclusão, por muito tempo vivenciado. Por isso, acredita-se que esse momento de crise que ora perpassa o contexto educacional brasileiro, em especial, na área da linguagem e mais especificamente na disciplina Língua Portuguesa, certamente servirá para construir, em tempos futuros, outras perspectivas de concepção de língua e de identidade que, no momento se reflete.

Parafraseando Antunes (2003, p. 173), compreende-se que em uma reflexão como esta, a palavra final não acontece. Não há fechamento. Existem apenas espaços para outras reflexões. É oportuno ressaltar que as idéias aqui expostas estão sujeitas a questionamentos, como toda e qualquer exposição ideológica, principalmente por se tratar de um conceito tão complexo na

ciência social contemporânea, como o tema identidade, em especial, a identidade lingüística.

LANGUAGE AND IDENTITY: PROBLEMATIZING THE LANGUAGE DIVERSITY IN SCHOOL

ABSTRACT — *This text's movement brings to focus one of the identity crises lived by post modernity - the language crisis or the language chaos, according to Tarallo (1993). The reflection upon this theme could be justified on account of the understanding that it is necessary to discuss essential questions for the comprehension that a national language couldn't be a population's fixed identity instrument, mainly when the language is seen as a social phenomenon. So, this article intends to reflect upon the prejudices against Brazilian people, involved with myths, social discrimination, and the exclusion of citizens from their own culture, those who are considered uncultured or classified as an inferior category, suffering all types of prejudice.*

KEY WORDS: *Identity. Language. Inclusive Education.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Edições Paulinas, 2000.

_____. **A norma culta da Língua:** língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

BATISTA, Antônio Augusto. **Aula de Português:** discurso e saberes escolares. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa.** Secretaria de educação do Ensino Fundamental e Médio. Brasília, DF: MEC/SEC1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução SILVA, Tomaz Tadeu; e LOURO, Guacira Lopes. 4 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

LOBATO, Monteiro. **Emília no país da gramática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do simbólico. Campinas: Fontes, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1969.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a proposta dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1990.